PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA

CNPJ 19.876.424/0001-42
Avenida Maria Jorge Selim de Sales, 100 – Centro- Telefone (0xx) 31 3829-8000
35160-011-IPATINGA-MINAS GERAIS

Ipatinga, 30 de setembro de 2010.

Ofício nº 334/2010 - GP
Assunto: Encaminha Projeto de Lei

Senhor Presidente,

Ao enviar a essa egrégia Câmara Municipal de Ipatinga a proposta de Projeto Orçamentária Anual de 2011 (PLOA 2011) do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Ipatinga, cumpre não apenas prestar um dever constitucional, mas também o de renovar o compromisso de transparência e de determinação na aplicação dos instrumentos de políticas públicas. O governo municipal continuará por manter a execução orçamentária equilibrada com o orçamento anual e, ao mesmo tempo, investir o maior volume possível de recursos na área de Educação, Saúde, Segurança, Urbanismo e Saneamento, além é claro de garantir o desenvolvimento e um crescimento sustentável em Ipatinga.

Além desta mensagem o Projeto de Lei Orçamentária contém o demonstrativo sintético da atual situação econômica e financeira do Município, quadros e gráficos comparativos das diferentes formas de classificação das despesas e o detalhamento das despesas do Executivo. Enfatizo que a elaboração deste documento se preocupa também com a organização e demonstra as diversas ações públicas que serão implementadas por este governo no próximo ano.

Esta proposta foi elaborada sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, através do Departamento de Orçamento e Avaliação Sócio-Econômica, Secretaria Municipal de Fazenda, através do Departamento de Administração Financeira, e resulta do esforço conjunto de todos os Secretários Municipais e técnicos das respectivas secretarias que, direta e indiretamente, também trabalharam na elaboração do orçamento público municipal, para 2011.

As consolidações das ações previstas para o exercício de 2011 em projetos e atividades estão sendo realizadas em consonância com as determinações do Plano Plurianual 2010-2013, da Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias de 2011 (ambas recebendo adaptações), da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

1. CENÁRIO ECONÔMICO

1.1. CENÁRIO ATUAL DA ECONOMIA NACIONAL

O primeiro semestre de 2010 foi marcado por um elevado nível de atividade econômica, com uma variação positiva do PIB de 8,9% comparado com o primeiro semestre do ano anterior, apresentando o maior crescimento semestral desde o início da série histórica em 1996 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pela análise da taxa de crescimento no ano, mantendo-se o ritmo de crescimento do primeiro semestre e considerando o próximo, a economia brasileira encerraria o ano com um

crescimento aproximado de 11,25%, taxa compatível ao da perspectiva de crescimento da economia da China. Resultado este, devido às políticas adotadas pelo governo de reaquecer a economia no período pós-crise. Porém este ritmo tende a ser freado, para que não haja pressões inflacionárias.

Analisando pelo lado da demanda, as despesas das famílias apresentaram um aumento de 8%, comparado com o primeiro semestre do ano anterior, registrando assim uma pequena desaceleração de crescimento frente aos 9,3% de crescimento verificado no início de 2010 (fonte: IBGE). Este resultado já é reflexo da política adotada pelo governo de aumento das taxas de juros a fim de frear a economia.

1.2. PERSPECTIVA PARA 2011 DA ECONOMIA NACIONAL

A crise internacional que se iniciou no ano de 2008 com a quebra do mercado de *subprime* norte americano e se alastrou pelas economias do mundo, provocando uma crise de crédito, afetou também o Brasil, mas não causará maiores problemas em 2011. Espera-se que a economia brasileira cresça menos em 2011 por causa da tendência de aumento da taxa básica de juros, do agravamento da crise européia e das incertezas que vem com a eleição presidencial.

Quando se fala em tendência de aumento da taxa básica de juros é o mesmo que falar em diminuição dos investimentos produtivos no país, pois o crédito fica mais caro, tanto para o empresário quanto para o consumidor, menos recursos, menos consumo, obrigando as empresas a adaptarem sua produção a uma escala menor. Outro efeito da alta dos juros é a menor capacidade das empresas brasileiras obterem recursos para investimentos e expansões por meio da abertura de capital ou ofertas secundárias.

Em se tratando da zona do euro, a grande ameaça para o Brasil é a queda dos investimentos de empresas multinacionais européias no Brasil, já que o crédito para estas empresas européias se tornou mais restrito e tendencialmente mais caro, devido ainda, a crise do *subprime* que aconteceu em 2008.

Outra incerteza vem da eleição presidencial deste ano, que coloca dúvidas sobre o que o candidato eleito efetivamente fará em relação à economia fiscal, monetária e cambial.

Hoje, o que o governo começa a fazer é reverter algumas das políticas adotadas no combate aos efeitos da crise, elevando os compulsórios como ocorreu em fevereiro, e aumentando a Meta da taxa Selic como vem ocorrendo.

As projeções dos principais indicadores macroeconômicos para 2011 refletem sinais de melhora nas expectativas de crescimento da economia brasileira, segundo projeções obtidas no Relatório Focus de 17/09/2010, assim a proposta orçamentária adota os seguintes prâmetros:

PARÂMETROS MACROECONÔMICOS (17/09/2010)

DESCRIÇÃO	2011	2012	2013
CRESCIMENTO REAL DO PIB % aa	4,5	5,5	5,5
IPCA (%)	4,95	4,5	4,5
Taxa de Câmbio (R$/US$)	1,80	1,88	1,94
Meta Taxa Selic (%aa)	11,75	8,71	8,79

Fonte:Boletim FOCUS 17/09/2010 à época da elaboração, LDO da União 2011

1.3.ECONOMIA REGIONAL

Com a recuperação da economia mundial, Minas Gerais vem apresentando no ano de 2010 um forte crescimento. No 1º semestre deste ano o PIB mineiro cresceu 12,2% superior ao mesmo período do ano anterior, tendo um crescimento maior do que o delineado para o Brasil, que foi 8,9%. É importante ressaltar que, o ritmo do crescimento do PIB mineiro, embora elevado, desacelerou. Esta desaceleração não deve preocupar, pois reflete o fato de que os resultados do 2º Trimestre de 2009 já demonstravam a recuperação, e não foram tão fracos quanto o 4º trimestre de 2008 e 1º trimestre de 2009 (Fonte: Informativo 2º trimestre de 2010, Fundação João Pinheiro-FJP).

Este crescimento do PIB mineiro maior que o crescimento do PIB nacional é explicado pela própria inserção de Minas Gerais na estrutura produtiva brasileira. O dinamismo da economia nacional responde à recuperação da formação bruta de capital fixo, à demanda por bens de consumo duráveis e a demanda externa por derivados de mineração e da siderurgia, ou seja, a indústria de Minas Gerais é particularmente beneficiada.

Sendo a indústria a principal atividade da região de Ipatinga, atualmente compondo aproximadamente 77% de toda atividade econômica da região de Ipatinga, o valor Adicionado do setor industrial mineiro no 2º trimestre de 2010 foi 19,5% superior ao gerado em igual período no ano anterior. O resultado acumulado no 1º semestre de 2010 foi 21,3% maior que em 2009.(Fonte: FJP)

Analisando o setor público, o estado mineiro apresentou uma política anticíclica, por conta da crise, as receitas caíram 2,43% no 1º trimestre de 2009, e seus gastos aumentaram em 32,67%. O governo municipal de Ipatinga apesar de toda a crise financeira pode contar em 2009 com um crescimento de receita de 17,9% devido a uma restituição do Estado ao Município do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços), que deu ao governo municipal fôlego para investir na cidade aumentando seus gastos em 13,91 % em 2009, e desta forma aquecer a economia local. (Fonte: Relatório de Gestão Fiscal, Prefeitura Municipal de Ipatinga)

Além disso, em razão do perfil do setor industrial de Ipatinga, houve um saldo negativo na balança comercial de janeiro a julho de 2010, o que pode ser explicado até mesmo pela queda dos preços do aço versos valorização da moeda nacional. No acumulado do ano de 2010, janeiro a junho, comparando com o mesmo período de 2009 houve um crescimento de 33,47% das exportações. Enquanto as importações cresceram 10,79%, devido principalmente a valorização do real frente ao dólar. O setor industrial de Ipatinga representa 99,90% de nossas exportações.(Fonte: Ministério de Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior)

Outros fatores influenciaram o setor público. Ipatinga passou por um período de "crise política" onde houve transições de governos temporários até as novas eleições que estabilizaram o governo municipal. Nesse período a mudança de gestão afetou negativamente os gastos públicos, mas agora com a estabilidade recuperada o orçamento de 2011 reflete os anseios dos cidadãos ipatinguenses.

2. CONTAS E ORÇAMENTO MUNICIPAL
2.1. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Para o ano de 2011, a gestão da dívida pública frente ao objetivo de minimização de custos e manutenção de níveis prudentes de risco, continuará seguindo as diretrizes do Plano Plurianual do Município de Ipatinga.

Uma medida já adotada pelo município foi a adesão ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.960/2009 referente aos débitos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) junto à Receita Federal do Brasil. Aplicando os benefícios desta lei, e através da revisão de todo o débito parcelado espera-se uma redução de aproximadamente R$32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais), por uma compensação mensal dos valores já pago, o que reduz o saldo da dívida pública significativamente.

Como pode ser observado na tabela a seguir, os indicadores da dívida manteve-se dentro dos limites ao longo do período, demonstrando o equilíbrio financeiro do município. A Dívida fundada ao final do ano de 2009 era de R$ 116.356.165,83 (cento e dezesseis milhões, trezentos e cinqüenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos) e a dívida flutuante era de R$ 48.207.005,04 (quarenta e oito milhões, duzentos e sete mil, e cinco reais e quatro centavos).

Anos / Compromissos Financeiros	Dívida Fundada (R$)	Dívida Flutuante (R$)
DEZ. 2007	124.092.283,48	26.056.782,06
DEZ. 2008	121.494.434,06	24.401.186,73
DEZ. 2009	116.356.165,83	48.207.005,04

Fonte: Balancete de Receita e Despesa dos exercícios 2007, 2008 e 2009.

Assim o cenário das dívidas de Ipatinga ficou estabilizado e com tendência de queda.

Conforme art. 1º, § 2º, e art. 3º, II, da Resolução SF nº 40/2001 e art. 7, III da Resolução SF nº 43/2001, o montante da dívida deve ser menor ou igual a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida. Analisando o ultimo Relatório de Gestão Fiscal, 2º quadrimestre de 2010, a Dívida

Consolidada Líquida está em torno de 9,78% da Receita Corrente Líquida do Município de Ipatinga, observa-se que este limite está muito aquém do limite legal de 120%.

2.2. ASPECTOS QUE INFLUENCIAM A ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO

Atualmente, mesmo após um período de instabilidade política no município, ações de governo foram realizadas e outras serão em 2011, influenciando a arrecadação do município. Tais ações podem ser resumidas em:

2.2.1. ASPECTOS POSITIVOS

- Execução do recadastramento da área interna da Usiminas.
- Realização do Mapeamento aerofotogramétrico da área urbana e o Recadastramento Imobiliário, que irão atualizar o Sistema Geo-referenciado e a Planta de Valores Genéricos.
- Aprovação dos Projetos de Lei que permitem a implantação de procedimentos que incentivam o pagamento de débitos em dívida ativa e as transferências de imóveis.
- Aprovação da lei que reduz a alíquota para a primeira transferência de imóveis que ainda se encontra em nome da imobiliária.
- Implantação do projeto de modernização da fiscalização tributária.
- Implantação de um novo e moderno Sistema Tributário, funcionando em ambiente WEB e integrado aos demais sistemas da Prefeitura e, em especial, ao geoprocessamento.
- Implantação da produtividade fiscal.
- Implantação da Nota Fiscal Eletrônica.
- Aquecimento da economia em virtude da retomada mundial do crescimento econômico, com conseqüente aumento na circulação de mercadorias e no consumo de aço.
- Ação de ICMS em andamento no Supremo Tribunal Federal, cujo valor principal com a correção poderá chegar a aproximadamente R$ 140.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).
- Parceria com o Ministério Público e a Caixa Econômica Federal. A primeira, através da elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que garantirá a construção de edifícios antes da aprovação do Plano Diretor; a segunda, através do financiamento "Minha Casa Minha Vida".
- Capacitação da equipe gerencial do Departamento de Receitas, com métodos e técnicas de arrecadação tributária municipal.
- Estudo de viabilidade na aquisição se *software* de gestão fiscal, englobando o controle das frotas, o controle do patrimônio e do almoxarifado, a gestão de folha de pagamento, a gestão de arrecadação própria e a contabilidade, todos integrados para garantir solidez nas informações municipais, além de *software* de gestão pública municipal para saúde e para a educação.
- Ação para recuperação do VAF.
- Início de várias obras no município o que proporcionará o aumento no IR e no ISSQN.
- Interesse das empresas em se reunirem com o intuito de fomentar o desenvolvimento industrial de Ipatinga, prova disso é o Fórum Empresarial do FECOMÉRCIO a realizar-se ainda este ano;

- Implantação de vários procedimentos para recebimento da Dívida Ativa do Município, que hoje soma o montante considerável;
- Recuperação de várias receitas como: Iluminação pública, ICMS pago indevidamente na compra de medicamentos e material permanente, PIS/CONFINS sobre contas de luz e telefone, etc.

2.2.2. ASPECTOS NEGATIVOS

- Atraso na finalização do recadastramento da área interna da Usiminas.
- Atraso no Mapeamento aerofotogramétrico da área urbana e o não Recadastramento Imobiliário, que irão atualizar o Sistema Geo-referenciado e a Planta de Valores Genéricos.
- Atraso na elaboração do Plano Diretor, que permitirá a aprovação de novos investimentos na área da construção civil.
- Demora na aprovação dos Projetos de Lei que irão alavancar as receitas próprias do Município.

2.3. PERSPECTIVAS ECONÔMICAS E DE ARRECADAÇÃO PARA O PRÓXIMO ANO

A arrecadação tributária de Ipatinga está conseguindo manter-se entre o real e o ideal, colocando o Município em situação privilegiada em relação a outros de mesmo porte, o que permite uma tranqüilidade relativa mesmo diante da recente crise econômica.

A implantação de procedimentos como a elaboração do Projeto de Lei concedendo remissão de juros e multa para débitos em Dívida Ativa, a produtividade fiscal e a redução da alíquota de ITBI para a primeira transferência de imóveis que se encontram em nome de imobiliária, além do recadastramento imobiliário, irão alavancar as receitas próprias do Município.

Além disso, com a recente modernização da fiscalização tributária e a implantação, em curto prazo, de um novo e moderno Sistema Tributário, funcionando em ambiente WEB e integrado aos demais sistemas da Prefeitura e, em especial, ao geoprocessamento, a arrecadação poderá superar todas as expectativas.

Em paralelo a estes procedimentos, encontra-se em andamento no Supremo Tribunal Federal, uma ação de ICMS cujo valor principal com a correção chegará a aproximadamente R$ 140.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais).

A Prefeitura contará, ainda, com dois importantes parceiros, que são Ministério Público e a Caixa Econômica Federal. A primeira, através da elaboração do TAC, que garantirá a construção de edifícios antes da aprovação do Plano Diretor; a segunda, através do financiamento “Minha Casa Minha Vida”.

Com os procedimentos implantados, o Departamento de Receitas trabalha com a possibilidade de melhoria efetiva na arrecadação para o próximo ano, ampliando seu efeito multiplicador para os dois anos seguintes.

2.3.1- PARA 2011

A estimativa de arrecadação do IPTU para o exercício de 2011 leva em conta a realização do recadastramento da área interna da Usiminas, que será encerrado ainda em 2010, a realização do Mapeamento Aerofotogramétrico da Área Urbana, com previsão de realização também em 2011 e do Recadastramento Imobiliário, que irá atualizar o Sistema Geo-referenciado e a Planta de Valores Genéricos, com previsão para realização em 2010/2011.

A estimativa de arrecadação do ISSQN para o exercício de 2011 leva em conta o Plano de Investimentos para a Usiminas e o Programa de Modernização da Fiscalização Tributária Municipal.

Com a aprovação da lei que concede remissão de juros e multa para débitos em DÍVIDA ATIVA, a receita garantirá bons resultados ao final do exercício.

O ITBI também garantirá um crescimento na arrecadação com a redução na alíquota para a primeira transmissão de imóveis com escritura em nome da imobiliária e um trabalho de incentivo a regularização imobiliária ainda em estudo.

O crescimento do ICMS poderá ser significativo para 2011 em virtude do crescimento da economia mineira. No 1º semestre deste ano o PIB mineiro cresceu 12,2%. O dinamismo da economia mineira responde à recuperação da formação bruta de capital fixo, à demanda por bens de consumo duráveis e a demanda externa por derivados de mineração e da siderurgia, ou seja, a indústria de Minas Gerais é particularmente beneficiada, principalmente a economia de Ipatinga. (Fonte: FJP)

O FPM e o ICMS sofrerão impulsos com as ações de estudo e fomento do VAF que o município está fazendo, além das efetivas arrecadações de IPI e IR com a execução de novas obras públicas.

O IPI está retornando aos poucos após um tempo de isenção. Já o IR depende da retomada da economia que vai acontecendo aos poucos. Por isso a previsão é de um crescimento de aproximadamente 7% em relação ao ano anterior, somada a inflação e o crescimento econômico.

O FUNDEB segue a tendência das demais receitas, uma vez que é formado por uma parte de todas elas. O crescimento estimado é de 7% nominais.

Para o IPVA, além do crescimento previsto para a inflação e crescimento econômico de 7%, foi estimado um crescimento de 5% referente ao aumento na frota de veículos mais ações conjuntas do município com o Estado de Minas Gerais no sentido de conferir o domicílio dos proprietários de veículos.

O IPI - Exportação depende da proporção entre as exportações mineiras e brasileiras. Optamos por conservar os valores de 2010 por causa da crise econômica.

Os valores de repasse da LEI KANDIR são fixados a cada ano pelo governo federal. Optamos por conservar os mesmos valores de 2010.
Por fim, vale lembrar que há ações judiciais a serem solucionadas ainda em 2010 ou em 2011 que tem a tendência de inserir grande vulto de recursos nos cofres públicos, ações junto à recuperação de receitas, geoprocessamento, ações junto a compensações de tributos, renegociações de dívidas e etc. que influenciam positivamente o orçamento público municipal.

2.4. PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA 2011

Através de uma gestão pública responsável o Governo adotou uma política para dar uma resposta rápida a esta crise financeira dando continuidade ao modelo econômico sustentável. Por meio dos dados econômicos demonstrados observa-se a retomada da atividade econômica e a expectativa de crescimento do nível de emprego.

O Projeto de Lei Orçamentário 2011 foi elaborado, com o objetivo de adotar políticas e instrumentos a fim de dar continuidade ao crescimento sustentável da economia regional e preocupando sempre com uma maior justiça social.

Estima-se para o próximo exercício, uma receita total orçamentária líquida seja de R$ 860.720.000,00 (oitocentos e sessenta milhões e setecentos e vinte mil reais), sendo R$ 543.206.000 (quinhentos e quarenta e três milhões e duzentos e seis mil reais) de receitas próprias e R$ 317.514.000 (trezentos e dezessete milhões e quinhentos e quatorze mil reais) de receitas de capital e recursos vinculados; e fixa-se uma despesa total em igual valor para cobrir o pagamento de pessoal e encargos sociais, o repasse para o Poder Legislativo (Emenda Constitucional nº 25/2000), a prestação de serviços de saúde (Emenda Constitucional nº 29/2000), educação (Emenda Constitucional nº 53/2006) e demais áreas de responsabilidade municipal, a manutenção da estrutura administrativa, o pagamento de juros de empréstimos, amortização de dívidas e, finalmente, para realizar os investimentos.

2.4.1. RECEITA PRÓPRIA

Em se tratando de Receitas Próprias, estima-se para 2011 aproximadamente R$ 543.206.000 (quinhentos e quarenta e três milhões e duzentos e seis mil reais), sendo que R$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões) deste deve-se a uma ação de ICMS que encontra-se em processo de decisão no Supremo Tribunal Federal. Para estimar este valor levou em consideração aspectos econômicos já mencionados anteriormente, além da receitas próprias arrecadadas até a elaboração deste que está em torno de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), podendo chegar pela média anual algo em torno de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) em 2010.

Informamos ainda que, na receita própria consta os recursos para investimento no Orçamento Cidadão. O governo municipal anunciou recursos na ordem de R$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para a execução das obras e prioridades definidas pela população, o que comprova a disposição deste governo em manter a participação do cidadão na gestão pública. As prioridades discutidas e definidas nas diversas assembléias ocorridas nas 09 (nove)

regionais orçamentárias que compõem o Município, contemplaram as áreas de Educação, Esporte e Lazer, Projetos Sociais e Obras.

Para a divisão dos recursos para as regionais orçamentárias foi criado o IDM (Índice de Desenvolvimento Municipal), que engloba as carências em diversas áreas de atuação do município, além de indicadores que atuaram com as obrigações dos cidadãos, como a inadimplência com o IPTU e Taxa de Limpeza Urbana. Com isso foi possível identificar as Regionais que mais necessitam de recursos. O município de Ipatinga irá disponibilizar R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em obras e outros R$3.000.000,00 (três milhões) para serem divididas em outras áreas de atuação do Município. Estas prioridades foram definidas no congresso cidadão, conforme documentos integrantes deste projeto de lei.

2.4.2. RECEITA DE CAPITAL E RECURSOS VINCULADOS

No tocante ao orçamento das Receitas de Capital e Recursos Vinculados cujo montante é R$ 317.514.000 (trezentos e dezessete milhões e quinhentos e quatorze mil reais), vale destacar: (a) obtenção de operações de crédito de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para custear o Programa Pró-Saneamento, R$ 25.500.000,00 (vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) para custear o Programa Saneamento para Todos, R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) junto ao Fundo Financeiro para o desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA para financiar o Programa Ipatinga Mais Humana, R$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) para custear o Programa Novo Somma e ainda R$ 3.564.000,00 (três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais) para o desenvolvimento do Programa de Modernização da Administração Tributária e gestão dos setores sociais básicos - PMAT e do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios brasileiros - PNAFM; (b) captação de recursos do Ministério da Saúde de R$ 24.607.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e sete mil reais) que serão destinados a construção de blocos do Hospital Municipal, a construção de Clínicas Odontológicas Integradas, do Centro de Controle de Zoonoses, a aquisição de equipamentos e a construção e reforma de Unidades de Saúde; (c) captação de recursos junto ao Ministério das Cidades de R$ 38.313.000,00 (trinta e oito milhões, trezentos e treze mil reais) para custear os programas de Urbanização e Assentamentos Precários, Melhoria de condições de habitabilidade, Construção de Unidades Habitacionais e Regularização Fundiária (d) captação de recursos de R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) da União para a construção no novo Terminal Rodoviário de Ipatinga (e) captação de recurso junto ao Governo do Estado de Minas Gerais no valor de R$ 5.160.000,00 (cinco milhões, cento e sessenta mil reais) que será destinado ao Projeto Saúde em Casa, por exemplo.

Dentre os recursos vinculados, destacamos o aumento considerável nas Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde-SUS, conforme portaria 1.919 de 15 de julho de 2010.

A estrutura desta proposta orçamentária e a alocação dos recursos nas devidas dotações seguem, rigorosamente, as determinações legais da matéria, sobretudo, as que dizem respeito aos indicadores de endividamento e às obrigações decorrentes de recebimento de recursos de transferências. Neste sentido, é uma proposta orçamentária coerente com a realidade financeira atual do Município e com a conjuntura econômica do país.

Esclareço que a diferença de crescimento da receita total estimada em relação ao exercício de 2010 é fruto de diversos fatores micro e macroeconômicos já comentados anteriormente.

Pelo exposto, e em face à relevância da matéria, solicito aos Ilustres Representantes do povo ipatinguense a aprovação desta proposta orçamentária.

Atenciosamente,

Robson Gomes da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Excelentíssimo Senhor
Vereador Nardyello Rocha de Oliveira
Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga
IPATINGA – MG